



ECONOMIA, TRABALHO GESTÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO FORMADO POR CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DAS ÁGUAS LINDAS, BELÉM, PARÁ.

Emile Lebrege Cardoso, Universidade do Estado do Pará (UEPA), emilelebrege@gmail.com
Hélio Raymundo Ferreira Filho, Universidade do Estado do Pará (UEPA), hlio.ferreira@gmail.com
Vanusa Carla Pereira Santos, Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA),
vanusasantos18@yahoo.com.br

RESUMO

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis inserem os associados (trabalhadores) informalmente no mercado de trabalho, promovendo geração de renda e melhor qualidade de vida. O modo de organização dos EES desta categoria é em suma de forma autogestionária, democrática e solidária, apesar de apresentarem especificidades de empreendimento para empreendimento devido as variáveis econômicas, apoio público, qualificação e a própria história de vida dos associados. Diante do exposto, o referido trabalho tem como objetivo realizar uma análise do processo de organização e da Associação de Recicladores das Águas Linda (ARAL), localizada em Belém, Pará, através dos princípios da Economia Solidária, identificando se a mesma se configura como Empreendimento Econômico Solidário. Para realização do trabalho fez-se necessária a utilização de metodologia qualitativa do tipo explicativa descritiva, visto que, trata-se de um estudo de caso específico o qual pretende-se fornecer informações acerca da associação referida. Os resultados da pesquisa demonstram que os catadores agindo de forma coletiva através de um EES contam com melhores condições de trabalho, mais organização segurança. Realizam um trabalho de forma autogestionária onde todos os associados do empreendimento desempenham funções cruciais para a realização do mesmo. Adotam esta forma de trabalho informal por necessidade e ainda enfrentam muitas dificuldades perante a restrição do mercado de venda de materiais recicláveis e as dificuldades impostas a migração de associação para cooperativa.

Palavras-chave: Reciclagem; Economia; Solidariedade.

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES), historicamente, está ligada ao movimento associativista operário na metade do século XIX na Europa, fazendo parte de uma resistência popular a partir da qual imergiram diversos empreendimentos de caráter solidários influenciados pela ideia do mutualismo cooperação e da associação (FRANÇA FILHO, 2008; SINGER, 2002). No Brasil, a ES surgiu na década de 70, proveniente do desemprego em massa, e nas décadas seguintes significantes setores da produção industrial deslocaram-se para países onde não havia conquistas operárias, extinguindo em diversos países, dentre eles o Brasil vários postos de trabalho (SINGER, 2002). Na América Latina a ES concerne, principalmente, empreendimentos e iniciativas as quais a partir da associação adotada de forma livre pelos trabalhadores, buscam ganho econômico, melhora na qualidade de vida e cidadania, sua lógica não segue princípios mercadológicos ou monetários, utiliza-se a autogestão para crescimento conjunto, solidário e democrático (FERNANDES, 2016).



A ES é tida como novo modo de instituir o ato econômico, não sendo somente uma “nova economia” complementar as formas dominantes da economia, tendo, portanto, o dever de ajustar-se as disfunções do sistema econômico e deve ser tratada como diferentes modos de gestão, lógicas e dinâmicas, um modo alternativo de produzir e reproduzir (MEIRE; REIS, 2005). Para alguns autores como Singer e para este trabalho, a ES é vista como um modo de produção alternativo caracterizado pela igualdade de direito, no qual os meios de produção não pertencem a uma pessoa, é de posse coletiva de todos os associados do empreendimento (LOPES et al., 2016). Além de ter uma relação com os excluídos do mercado, ajudando-os a superar a vulnerabilidade existente nas formas de trabalho informais, propõem serviços que promovam melhor qualidade de vida e do meio ambiente local, desta forma é tida como um novo relacionamento entre a economia e a sociedade, contrária ao modo de produção capitalista, firmada sobre os preceitos da autogestão, cooperação e solidariedade, tem como característica o direito a propriedade coletiva e liberdade individual (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999; GAIER, 2008; BENINI; NETO, 2008).

Essa prática tem norteado a sociedade para uma nova forma de produção, consumo e distribuição de riqueza firmada na valorização do ser humano, aborda o trabalho como meio de libertação humana agindo como alternativa ao modo de produção capitalista embasado na alienação do trabalho e assalariamento (NOVAES, 2015). A autogestão sendo uma característica importante da ES diz respeito a uma gestão democrática em todos os sentidos: com os meios de produção, utilização da renda excedente, prejuízos e distribuição de renda, é uma forma de contornar o desemprego e a exclusão social provenientes da acumulação capitalista (OLIVEIRA et al., 2016).

Nesse novo modo alternativo de produção predomina a igualdade entre todos os membros, isso significa que os participantes da atividade econômica devem cooperar entre si, os associados são responsáveis pela produção, comercialização, consumo e poupança. Como não há hierarquização entre os associados, todos os membros do empreendimento têm direito ao voto em todas as tomadas de decisões, garantindo a propriedade coletiva (SINGER, 2002).

Sendo assim, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) contam com um trabalho coletivo e motivação dos trabalhadores que os compõem, pois, o trabalho de princípio autogestionário fortalece os laços de confiança e a transparência organizacional, ao passo que “o sentimento de cada trabalhador de ser parte ativa ou de ser sujeito do seu próprio negócio ou empreendimento” (BENINI; NETO, 2008, p. 4). A autogestão presente em EES representa uma forma de negação da heterogestão realizada por empreendimentos puramente capitalistas, é um modo de superação do sistema de capital sobre qual existe,



através da ES, uma democratização da gestão em que as relações sociais são sobrepostas a todos meios de hierarquia, o poder e os meios de produção são sociais, administrados coletivamente, havendo portanto, uma integração entre as relações sociais e de produção, no qual o sócio do empreendimento é valorizado e essencial para o funcionamento como um todo (DE FARIA, 2017).

É neste cenário de desemprego, exclusão social e carência que os catadores de resíduos sólidos se inserem no mercado de trabalho de forma informal através da ES, onde, devido a realidade escassa do mercado de trabalho estes trabalhadores encontram na coleta seletiva e venda de materiais reciclados uma forma de obter a renda necessária para garantirem a sua subsistência. Colaboram com a preservação do meio ambiente ao recolherem nas casas, nas ruas, empresas, materiais recicláveis que demoram a ser decompor na natureza gerando danos ambientais. Estes trabalhadores lidam com a demanda real da necessidade de haver a coleta seletiva, formando uma rede destes catadores, associações e/ou cooperativas, poder público e a sociedade civil.

A RELAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir da atividade de catação de materiais recicláveis, os dão uma nova ressignificação ao lixo, o que para a maioria da sociedade representa algo sem valor, para uma parcela da população pobre, “lixo” é um excelente agregado na luta pela inclusão social (DA SILVA; NÔLETO, 2008; SILVA ET AL, 2013). No cenário de crise de trabalho, aumento do consumo, produção e descarte de bens, os quais corroboram para degradação ambiental, o trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis é de extrema significância pelas óticas econômica, social e ambiental (GOUVEIA, 2012; DE OLIVEIRA et al., 2016).

Dentre as diversas organizações populares emergentes no país de enfrentamento do desemprego, as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis ou catadores de resíduos sólidos encontram-se em destaque pelo seu crescimento no decorrer dos anos, estes empreendimentos econômicos solidários possibilitam com que um parcela excluída do mercado de trabalho obtenha renda, dignidade, cidadania através da coleta seletiva e, ao mesmo tempo, produzem efeitos positivos no meio ambiente e sociedade, diminuindo os impactos ambientais ocasionados pelo despejo de resíduos sólidos (DE OLIVEIRA et al., 2016; DA SILVA; NÔLETO, 2008).

Os catadores se inserem nesta atividade por diversos motivos, alguns por ser a única forma encontrada para garantir a sua sobrevivência e suprir suas necessidades imediatas,



outros para complementação de renda, e alguns passam a atividade de pai para filho, organizam-se em EES de forma democrática, voluntária, os empreendimentos são administrados de modo autogestionário, buscando equilibrar as relações sociais entre os associados melhorar a produção e aumentar o excedente (SILVA, 2017).

A heterogeneidade existente entre as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis é muito grande devido a sua capacidade organizativa, qualificação dos associados, poder econômico, e se recebem algum apoio público ou privado (MOTA, 2017). Os integrantes de um EES de catadores de materiais recicláveis são diversificados, tanto pela justificativa ao aderir a atividade, escolaridade, qualificação, muitos abandonaram a atividade de catação executada de forma individual pela segurança de ter um espaço próprio para a realização da atividade, além da melhor qualidade na realização do seu trabalho, trabalho realizado informalmente sem nenhum vínculo empregatício (BORGES et al., 2015).

A informalidade é preocupante quando se pensa em possíveis eventualidades, tais como: acidente no local de trabalho, aposentadoria e direitos aos quais estes trabalhadores não terão devido à própria essência da organização da atividade. Entretanto, os catadores que se associam às cooperativas e/ou associações usufruem de melhores condições de trabalho se comparados aos catadores que realizam atividade individual nos lixões, aterros sanitários e nas ruas (MOTA, 2017).

Os catadores presentes nos EES buscam por meio da atividade a satisfação de suas necessidades humanas, trabalham de forma coletiva com os meios de produção, organizam-se em assembleias ou reuniões para a tomada de decisões referentes ao funcionamento do empreendimento, acumulam experiências e conhecimento para a melhor viabilização da atividade. A organização coletiva permite com que obtenham um maior excedente econômico, a ser repartido de forma igualitária entre os membros, apesar de alguns empreendimentos fazerem distinção na repartição dos ganhos, não os desqualifica enquanto EES, pois ainda administram o mesmo de forma autogestionária e participativa. Essa diferenciação de partilha de ganho faz parte da complexidade de estrutura, funcionamento e dinâmica dos EES tais como as cooperativas de coleta seletiva (MOTA, 2017; MATOVANI; LEITE, 2015).

O trabalho sendo realizado de forma coletiva proporciona mais segurança aos catadores, viabiliza o investimento em infraestrutura, maquinário, que melhoram as condições de trabalho, a autogestão propicia um melhor entendimento dos deveres, direitos e obrigações de todos os associados, bem como conhecimento da estrutura de produção e sentimento de pertencimento evitando a alienação do trabalho. Esses EES melhoram a capacidade de planejamento conforme as condições físicas dos associados, tempo, formulando uma jornada



de trabalho regular e justa, além de condições sanitárias adequadas e segurança de trabalho (MOTA, 2017).

Dessa forma, sob a ótica da Economia Solidária, cada associado passa a ter responsabilidade que asseguram o funcionamento do empreendimento, com normas, metas a serem seguidas, focalizadas em um objetivo comum, sobrevivência. A adesão ao empreendimento deve ser espontânea e na sua organização ainda enfrenta dificuldades perante a falta de capacitação, subsídio financeiro e assessoria (BORGES et al, 2015).

OBJETIVOS

Realizar uma análise do processo de organização e administração da Associação de Recicladores das Águas Lindas, localizada em Belém, Pará, através dos princípios da Economia Solidária, identificando se ela se configura como Empreendimento Econômico Solidário.

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterizou-se o trabalho de natureza qualitativa, por um Estudo de Caso único, de caráter descritivo explicativo com o propósito de propiciar maior entendimento acerca do assunto abordado, além de descrever características do objeto a ser estudado (GIL, 2019). A Pesquisa Qualitativa é um meio para explorar e compreender fenômenos sociais, a proposta do trabalho foi a de analisar, compreender, e fornecer mais informações acerca do funcionamento, gerenciamento da associação de catadores, e o estudo de caso permite que o estudo seja delineado e aprofundado (CRESWELL, 2013).

Segundo Lakatos (2017) o Estudo de Caso permite um levantamento mais aprofundado de dados sobre um determinado caso, tem como objetivo compreender uma determinada situação e descrever a complexidade dos fatos, que neste caso, foca-se em compreender o funcionamento e gestão da associação de catadores ARAL. A associação escolhida foi uma das duas associações existentes no único galpão de triagem presente em Belém e RMB, a Associação de Recicladores das Águas Lindas (ARAL) fica localizada nas margens do canal São Joaquim em Belém.

Para análise e identificação dos princípios da Economia Solidária presentes no funcionamento da associação, foram analisados se a associação apresentava um processo de autogestão, existência ou ausência de hierarquia, solidariedade, como as atividades eram gerenciadas, o processo de emancipação ou alienação do associado, além dos entraves encontrados na gestão do empreendimento.



A coleta de dados a serem analisados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas durante os meses de junho, agosto e novembro de 2018, com a presidente da associação e participação esporádica de um ou outro associado, a entrevista foi intermediada e fiscalizada por um funcionário da Prefeitura Municipal de Belém alocado no galpão. As entrevistas foram gravadas para que todos os detalhes fossem coletados e, posteriormente, as gravações foram transcritas para análise das informações coletadas. A entrevista semiestruturada permite que haja possibilidade de reestruturação da mesma durante a sua realização, tendo em vista que é útil, pois os dados a serem analisados podem ser observados diretamente (LAKATO, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Belém, às margens do Canal São Joaquim no bairro do Maracangalha, está localizado o Centro de Triagem de Materiais Recicláveis, financiado e cedido pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), o centro de triagem é administrado pela Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) e seu Departamento de Resíduos Sólidos (DRES). No referido centro encontra-se a Associação de Reciclagem das Águas Lindas (ARAL) a qual é o objeto de estudo deste trabalho. A PMB cede os caminhões que os catadores utilizam para recolher os materiais nas ruas e nas empresas, ônibus o qual é responsável pela locomoção dos trabalhadores de suas residências para o galpão e vice-versa, além de gasolina, energia. No entanto, os catadores arcam com os custos da internet, a qual auxilia o trabalho administrativo realizado na associação além da alimentação dos associados.

A ARAL foi fundada no ano de 2005, no seu começo funcionava dentro do Lixão do Aurá localizado no município de Ananindeua na Região Metropolitana de Belém (RMB), o qual teve suas atividades encerradas em 2015. Com a inauguração do Centro de Triagem, a ARAL migrou para o mesmo no ano de 2012. O seu modo de operar funciona como a maioria das associações e/ou cooperativas, o material é recolhido no regime de porta a porta em condomínios, casas, escolas, empresas privadas, localizadas nos bairros da Marambaia, Marco, Pedro Miranda, Sacramento, Promorar, Mirandinha, todos localizados em Belém. Além do recolhimento do material realizado em porta a porta, a associação recolhe em grandes geradores, posto que são empresas privadas pequenas ou grandes, alguns supermercados (não todos pois alguns já têm o seu próprio processo de coleta seletiva).

A migração para o Centro de Triagem proporcionou uma maior organização desses trabalhadores, uma maior segurança e melhor qualidade de trabalho, compensando a “perca” no lucro que vem com a manutenção e diferente modo de operação do trabalho do que era



realizado em meio ao lixo. A seguir serão separadas sessões identificando algumas as principais características de EES encontradas na associação.

I. Autogestão: Conforme o conceito de autogestão adotado neste trabalho representado pela apropriação social dos meios de produção, sobreposição das relações sociais, divisão igualitária de poder e responsabilidade, a referida associação é composta por com 49 associados, associados que são divididos em 35 desses realizam a atividade de porta a porta e coleta em grandes geradores, 6 ficam encarregados de dirigirem os carros/caminhões, 6 trabalham na triagem dos materiais recolhidos, e 2 na parte administrativa da associação, sendo que uma pessoa lida com o trabalho financeiro e outra com a parte administrativa referente ao funcionamento da associação, esta pessoa é a presidente da mesma. Para tomada de decisões, são realizadas assembleias semanais, ou quando há necessidade, todas as decisões são concebidas pelos sócios sem distinção de poder mesmo que haja uma divisão de tarefas e ganhos pela realização do trabalho mais pesado, o qual resume-se em coletar de porta a porta materiais recicláveis.

II. Melhoria na qualidade de vida: A escolha por participar de um EES permitiu a estes catadores uma melhora na qualidade de realização do seu trabalho, dando-os mais dignidade, segurança, reconhecimento e pela organização democrática uma melhor qualidade de vida, pois não estão mais sujeitos aos riscos que a atividade de catação em lixões a céu aberto, ruas, poderia representar a eles. Por intermédio da entrevista realizada com os associados é de senso comum que apesar de não “ganharem” o mesmo que ganhavam quando trabalhavam de forma isolada e não contribuía para com o funcionamento da associação, este ganho é representado na melhor infraestrutura disposta e apoio que recebem da PMB e sociedade civil nos seus bairros de coleta.

III. Solidariedade: As assembleias realizadas pelo empreendimento não servem apenas para tomada de decisões referente ao funcionamento da associação, mas também para prestar apoio aos associados que eventualmente passam por alguma dificuldade. Todos os associados colaboram com 10% do seu excedente quinzenal para a manutenção da associação, alimentação, internet dentre outras necessidades. A divisão dos ganhos é feita de forma diferenciada entre os que realizam um trabalho braçal e os que realizam um trabalho administrativo, de acordo com os entrevistados esta é uma forma justa de repartição adotada por eles devido ao fato de que os associados que realizam a coleta nas ruas realizarem um trabalho mais cansativo.



IV. Propriedade coletiva: Nenhum dos associados é tido como dono da associação ou chefe dos demais, a mesma possui um fundador, um presidente, visto que alguns conhecimentos específicos que o associado denominado presidente possui o poder de ajudar no funcionamento do empreendimento, ao passo que tal presidente é eleito por assembleia e pode ser substituído, caso a maioria julgar necessário.

V. Cooperativismo: A associação é formada por pessoas excluídas do mercado formal de trabalho que buscam melhor qualidade de vida e ao mesmo tempo contribuem para a melhoria do meio ambiente no local, onde operam, através da atividade de catação de materiais recicláveis organizando-se em conjunto adquirem a renda necessária a sua subsistência, acumulam conhecimento e experiências benéficas ao funcionamento do empreendimento.

Figura 1 – Material separado para venda ARAL



Fonte: Autores do trabalho.



Figura 2 – Espaço ARAL



Fonte: Autores do trabalho

A associação enfrenta algumas dificuldades referentes ao seu funcionamento, seja pela restrição de mercado limitado a venda do material para uma única empresa, a Riopel Comércio Aparas de papel Ltda. A Riopel compra a maioria do material, que dá o seu preço bem como realiza a pesagem do material na sua própria balança para então calcular o que será pago à associação, enquanto o atravessador compra mais precisamente garrafas pet e garrafa “Qboa” para vender a uma empresa que produz mangueiras eco sustentáveis. O fato de que no Pará não há uma empresa concorrente a Riopel capaz de comprar o material arrecadado não só pela ARAL bem como todas as outras associações e cooperativas de catadores localizadas em Belém e RMB é um grande empecilho no aumento de renda destes catadores, porque, mesmo que indiretamente está formado um monopólio pela empresa a qual submete as associações e cooperativas aos preços que ela achar relevante ao material que está comprando.

A ARAL pretende tornar-se uma cooperativa, porém os empecilhos para que uma associação torne-se cooperativa são muitos, o exemplo da ARAL é que devido ao seu funcionamento deficiente pela falta de conhecimento em gestão e organização que viriam a contribuir para a produtividade do trabalho, seja pela carência de materiais vendidos que são poucos e já não rendem muito, apenas o suficiente para que os trabalhadores consigam garantir a sua subsistência, não permite que exista um fundo de reserva para ajudar na operacionalização e em caso de imprevistos, bem como bancar as taxas municipais, governamentais, necessárias para efetivar-se como cooperativa.

Como cooperativa a associação poderá contar com um capital de giro que viria a auxiliar a sua gestão, proporcionaria a possibilidade de segurar o material reciclável para não o vender de 15 em 15 dias, e sim uma vez ao mês, daria mais direitos a esses trabalhadores além da



possibilidade de comercializar com empresas fora do Estado. A associação se organiza de acordo com os princípios da ES, os quais a qualifica como um Empreendimento Econômico Solidário voltado a inserção dos catadores excluídos do mercado de trabalho, geração de renda, desenvolvimento social, melhora na qualidade de vida e sustentabilidade ambiental, apesar do excedente ser distribuído de forma diferenciada entre os associados não desqualifica o empreendimento como sendo solidário, pois, como foi dito as formas de organização de associação e cooperativas são muito distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o cenário de exclusão social, desemprego, alternativas de produção e geração de renda têm-se se tornado mais comum para a parcela da população mais pobre, dito isto, Empreendimentos Econômicos Solidários mostram-se uma alternativa viável, inovadora, social e democrática, por meio destes os associados do empreendimento são mais participativos na estrutura e funcionamento do mesmo, não estão alienados a uma parte específica do trabalho, todos têm obrigações e deveres perante o êxito do empreendimento, sabendo que, o ganho e perdas são comuns à todos. Por intermédio da Economia Solidária novas oportunidades de geração de renda aos excluídos do mercado de trabalho formal, são criadas, através dela os que necessitam recuperam sua dignidade ao realizar um trabalho que trata o associado e/ou trabalhador como ser humano, não uma máquina, onde os valores sociais são valorizados e a liberdade é primordial.

Isto posto, é comum existência de cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis de acordo com os moldes da Economia Solidária. Catadores unem-se no cooperativismo social buscando melhores condições de trabalho, elevação de renda, reinserção social. Desenvolvem um trabalho capaz de devolver a cidadania, visto que as necessidades básicas do ser humano precisam ser atendidas para que ele se sinta digno, e o trabalho é considerado uma forma de alcançar dignidade, colaboram para a preservação do meio ambiente e bem-estar da comunidade no qual está inserido.

Os associados através de suas ações e resultados passam a conceber a importância ambiental e social da realização do seu trabalho de coleta seletiva, tornam-se agentes de educação ambiental e melhoram a sociedade em que vivem. As associações e cooperativas de catadores ainda passam por muitas dificuldades no que diz respeito à legalização dos empreendimentos, apoio social, qualificação e investimento do setor público. A associação de catadores de materiais recicláveis estudada neste artigo expõe os benefícios sociais, econômicos ao organizarem-se de tal forma, no qual o trabalho pode melhor desenvolver-se e



criar laços que beneficiem a coletividade. A associação representa uma forma de geração de renda, reconhecimento enquanto catador de material reciclável e inserção social, além de proporcionar uma maior segurança na realização da atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENINI, Elcio Gustavo; NETO, Leonardo Francisco Figueiredo. Desemprego e economia solidária: repensando a autogestão. Seget–Simpósio de excelência em gestão tecnológica. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2008.

BORGES, Maria; SCHOLZ de Lourdes, Robinson Henrique; CARGNIN, Tiago Daniel de Melo. Estratégia-como-prática na economia solidária: resultados e ações de catadores de uma cooperativa. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 108-142, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DA SILVA, Nubelia Moreira; NÔLETO, Tânia Maria Serra De Jesus. Reflexões sobre lixo, cidadania e consciência ecológica. **Geoambiente On-line**, n. 2, p. 01-14 pág., 2008.

DA SILVA, Simone Lira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Narrativas possíveis entre trabalhadores com o lixo: economia solidária, espaço urbano e meio ambiente. **Política & Trabalho**, n. 38, 2013.

DE FARIA, José Henrique. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017.

DE OLIVEIRA, Julimari Aparecida Bonvechio et al. Princípios de economia solidária em cooperativas de catadores de resíduos sólidos de Maringá-PR: Avanços, Desafios e Limitações. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 11, n. 3, p. 79-96, 2016.

FERNANDES, Bruno Siqueira. Uma Proposta de Emancipação: A Economia Solidária como Espaço da Resistência. **Revista Multiface Online**, v. 4, p. 13-26, 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. “A via Sustentável-Solidária No Desenvolvimento Local”. **Organizações & Sociedade**, vol. 15, nº 45, p. 219–32. Junho de 2008.

_____, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, 2007.

_____, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. Economia solidária e dádiva. **Organizações & Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 141-183, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. Editora Atlas SA, 2019.



GOUVEIA, Nelson. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 1503-1510, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Ivonete da Silva et al. Comunicação, economia solidária e desenvolvimento social. **Revista Ciência em Extensão**, v. 12, n. 2, p. 26-36, 2016.

NOVAES, Francisco Antonio Maciel. Economia solidaria como estratégia para emancipação humana. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 16, n. 24, 2015.

SILVA, Sandro Pereira. RECICLAGEM E ECONOMIA SOLIDÁRIA: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. **Política & Trabalho**, n. 46, 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.